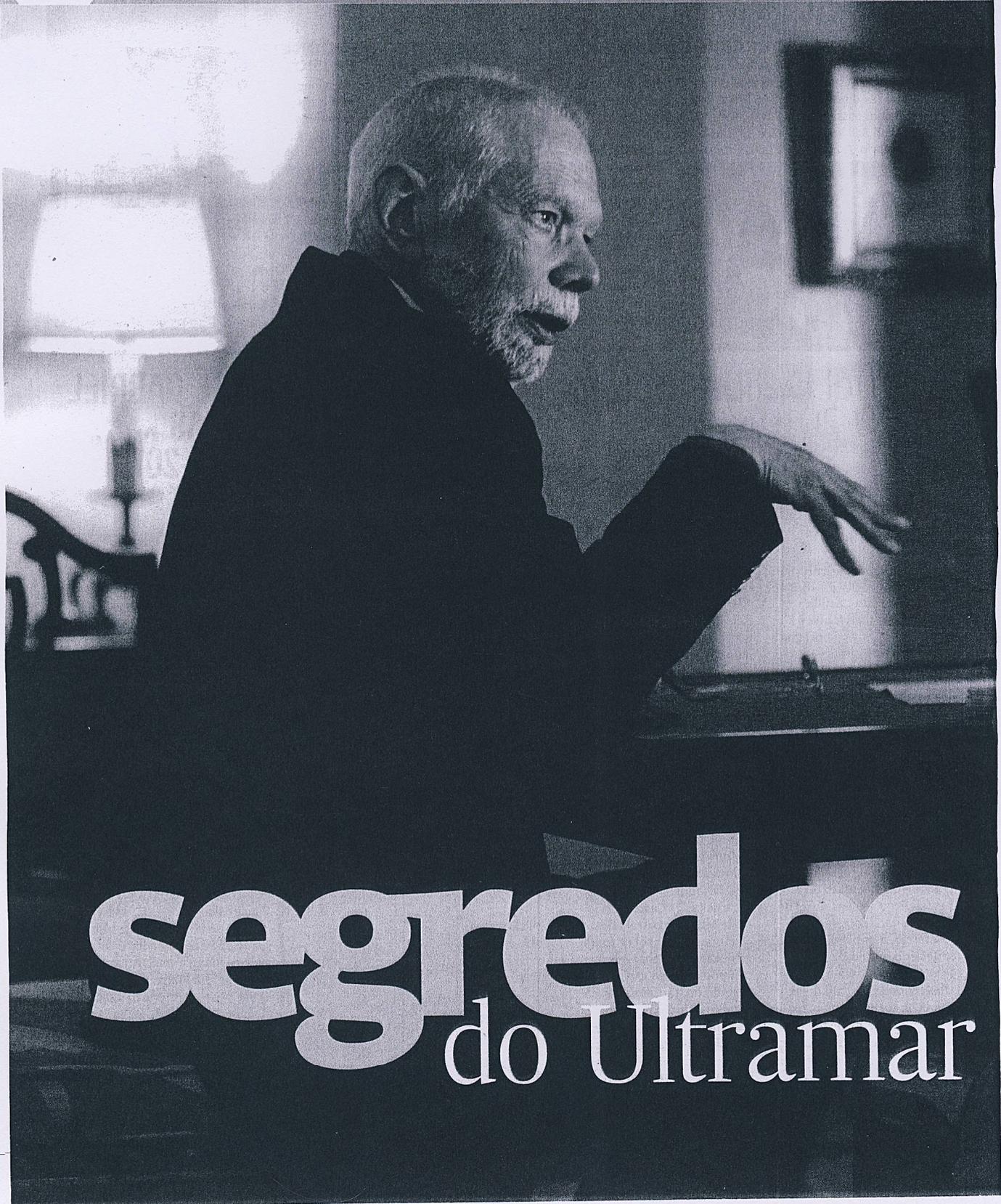


C

capa José Mattoso



segredos do Ultramar

O ARQUIVO DO ANTIGO MINISTÉRIO DO ULTRAMAR COMEÇOU FINALMENTE A SER INVENTARIADO E DISPONIBILIZADO "ONLINE". TRATA-SE, NA OPINIÃO DO PROF. JOSÉ MATTOSO, DO MAIS IMPORTANTE ARQUIVO POLÍTICO CONTEMPORÂNEO PORTUGUÊS

TEXTO DE JOSÉ PEDRO CASTANHEIRA
FOTOGRAFIAS DE TIAGO MIRANDA

DESDE FEVEREIRO que está disponível na Internet um portal com parte do inventário do arquivo do extinto Ministério do Ultramar. Um trabalho desenvolvido ao longo de quase quatro anos, sob a coordenação científica do professor José Mattoso e que pode ser consultado no portal <http://arquivos.ministerioultramar.holos.pt>. Financiado pela Fundação Gulbenkian com cerca de 300 mil euros, nele participaram dezena e meia de técnicos.

O estudo do arquivo do Ministério do Ultramar (MU) "é absolutamente indispensável para o conhecimento e compreensão da história contemporânea portuguesa" — disse ao Expresso o prof. José Mattoso. "Mesmo do ponto de vista da nossa política

externa, é talvez o arquivo mais importante". Mattoso justifica esta afirmação: "Foram as colónias que ditaram em larga medida a política portuguesa, não apenas interna como externa. E não somente durante as guerras coloniais."

Um conhecimento que não interessa apenas a Portugal, mas também aos novos países de língua portuguesa. "Moçambique tem feito um esforço importante em matéria de preservação e organização dos seus arquivos nacionais, com o apoio da UNESCO. Situação completamente diferente é a de Angola, que tem mostrado um grande desprezo pelos seus arquivos." Como explicar o alheamento de Luanda? "Certamente que pela evolução política do país, marcada por grandes convulsões internas e guerras civis". Um panorama que a estabilidade política poderá alterar.

Em Cabo Verde e na Guiné-Bissau esse trabalho "deve-se mais ao esforço da Fundação Mário Soares, sobretudo neste último país". Timor-Leste também deve muito a esta fundação. "O Alfredo Caldeira teve um papel determinante na criação quer do Museu quer do Arquivo da Resistência, que está digitalizado e disponível." Nesse trabalho, em que Mattoso esteve envolvido enquanto cooperante, "tivemos o empenhamento do Presidente Xanana". O projecto centrou-se no arquivo da Resistência, não incluindo os fundos do tempo colonial e muito menos da ocupação indonésia.

Na inventariação deste riquíssimo espólio Mattoso teve a seu lado a historiadora Rita Almeida Carvalho. O coordenador-executivo foi José Maria Salgado, ligado a uma empresa de arquivística e que já havia colaborado com Mattoso em duas instituições: no extinto Instituto Português de Arquivos e na Torre do Tombo. Mattoso foi o fundador do primeiro, em 1988, e seu primeiro director, nomeado por Teresa Patrício Gouveia; para o segundo, foi escolhido em 1996 por Manuel Carrilho.

"Desde os tempos do Instituto Português de Arquivos que procurei a reconstituição do Arquivo do MU. É um arquivo 'morto' — uma palavra que os arquivistas não apreciam muito... — e que estava muito fragmentado." O projecto começou precisamente por localizar os vários departamentos que herdaram partes daquele acervo. Ao todo, cinco: o Arquivo Histórico-Ultramarino, o Arquivo Histórico-Diplomático, o Instituto Português de Apoio ao Desenvolvimento e as direcções-gerais do Tesouro e da Administração Pública.

Tudo indica que o núcleo existente no Arquivo Histórico-Diplomático (do Ministério dos Negócios Estrangeiros) "seja o mais importante em termos qualitativos, na medida em que inclui a parte 'secreta'

ou 'reservada' do arquivo do antigo Ministério do Ultramar." O maior núcleo, em termos quantitativos, é o do Arquivo Histórico-Ultramarino — cerca de 6,5 quilómetros de estantes, o único que está por inventariar.

Este arquivo está integrado no Instituto de Investigação Científica e Tropical, da tutela do Ministério da Ciência. É um fundo que se antevê sumarento, já que conserva a documentação do gabinete do ministro do Ultramar, que ganhou redobrada importância durante os 13 anos de guerras coloniais. Para a sua inventariação há um protocolo com a Gulbenkian, a aguardar calendarização.

Todos os outros quatro núcleos já foram trabalhados, totalizando 44 mil registos. O inventário na Internet é de acesso universal e gratuito. "O acesso aos documentos propriamente ditos depende das várias entidades detentoras, sendo necessário contactá-las. São elas que definem as regras de acesso. Mas já não é nada mau saber-se o que há!", sublinha José Mattoso; "até agora, era um bloco inacessível". A digitalização poderá ser a etapa seguinte, dependendo "dos meios financeiros e técnicos".

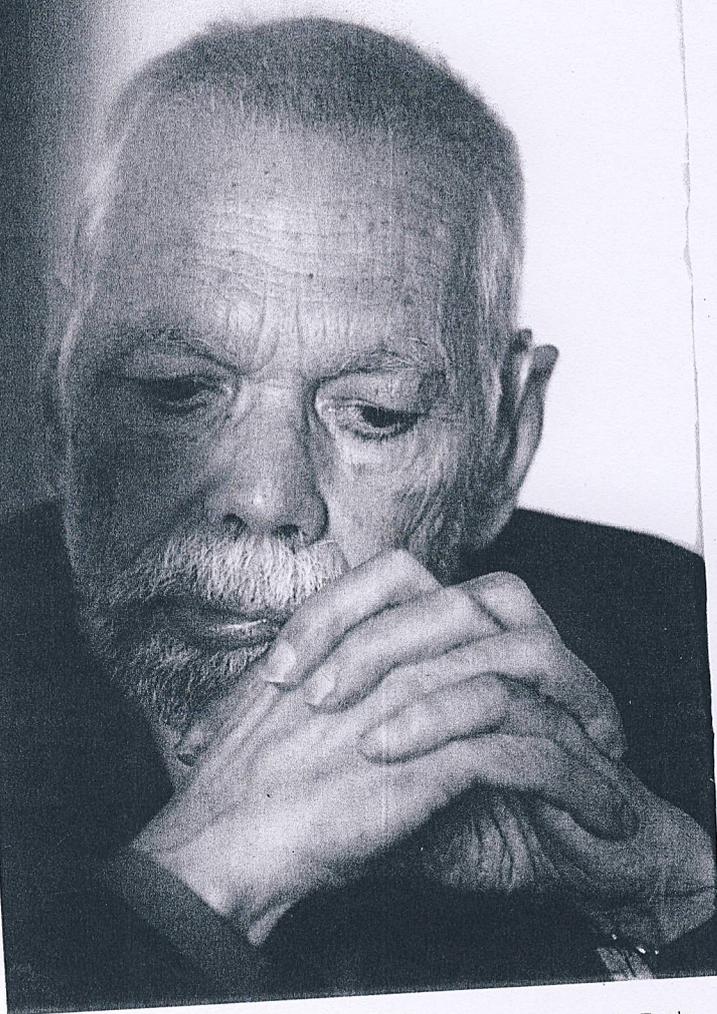
Outro trabalho fundamental foi o estudo da orgânica do Ministério do Ultramar. Criado no início da década de 1930, estendeu os seus tentáculos a todas as colónias, grandes e pequenas, e sofreu "remodelações sucessivas", com a criação, fusão e extinção de direcções-gerais, departamentos e institutos. "Foi preciso estudar todo esse funcionamento até 1974", quando o MU foi extinto, na sequência do 25 de Abril. O estudo da orgânica do Ministério foi um passo decisivo para acompanhar o percurso de cada documento.

O inventário sobre o Ultramar não contempla nem os arquivos militares nem os da igreja católica. "Na generalidade dos países os arquivos militares são arquivos próprios. O exército não costuma juntá-los aos arquivos públicos e gere-os da forma como entende." Quanto aos da Igreja, "são privados". Mas não seria possível incluir as Forças Armadas e a Igreja neste projecto? "O melhor é você perguntar ao Exército e ao sr. patriarca", responde o mais cotado dos medievalistas portugueses.

Porquê quase 40 anos até à organização deste fantástico espólio? "Em Portugal não há uma verdadeira cultura arquivística. Os arquivos são encarados como arrecadações de papéis velhos, profundamente desprezados. Este vício nacional prolongou-se muito no tempo. Veja que o inventário geral dos fundos da Torre do Tombo só começou a ser feito, de forma sistemática, por nós, em 1996."

Outro problema muito comum é a mentali-

JOSÉ MATTOSO,
aos 77 anos, dedica-se
aos clássicos e está
a ler o grego
Tucidides. "É tempo
de descansar!"



"Em história, temos de utilizar todos os documentos e não só alguns. Papéis são papéis: não há bons nem maus"

dade de feudo. "Mas aí já estamos melhor". Dá o exemplo do Códice Alcobacense, o mais importante fundo medieval. "O essencial desse fundo está na Biblioteca Nacional. A Torre do Tombo tinha alguns documentos, que, quando lá estive, foram cedidos à Biblioteca, para que se pudesse reconstituir o códice. Os documentos não são desta ou daquela instituição — são da nação. O que importa é garantir o acesso e disponibilizá-los, se possível, na sua integralidade."

Em todos as funções que desempenhou, o ex-monge beneditino procurou uma "valorização da arquivística, de forma a permitir uma maior colaboração entre arquivistas e historiadores. São profissões com lógicas diferentes, mas que só ganham em colaborar". O Prémio Pessoa de 1987 adverte, no entanto, que "um bom arquivista não é necessariamente um bom historiador. E o inverso também é verdadeiro". Demarca-se da orientação de Jorge Borges de Ma-

cedo, seu antecessor na Torre do Tombo, que "achava que não era preciso inventariar tudo, mas sim fazer uma selecção". Trata-se, a seu ver, de "uma concepção totalizante da história. Seleccionar porquê? Com que critérios? A selecção acaba sempre por ser ideológica. Ora, na história temos de utilizar todos os documentos e não só alguns. Papéis são papéis: não há bons nem maus." Mattoso distingue entre "uma perspectiva ideológica e uma perspectiva científica da história. São duas visões que não casam bem. A história ideológica é sempre uma história partidária."

Catedrático jubilado da Universidade Nova de Lisboa, José Mattoso esteve em Timor-Leste, como cooperante, durante cinco anos. Regressou em 2006, mas não mais voltou. Nem tenciona. A razão é simples: "Já tenho 77 anos". A haver desilusão "é com a administração da ONU e com o dinheiro que gasta com funcionários". A